

Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille

Miscelânea de Estudos em Homenagem a
Maria Manuela Gouveia Delille



Apoios

APEG — Associação Portuguesa de Estudos Germanísticos
Instituto de Estudos Alemães — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
3049 Coimbra Codes — Portugal
Telefone 4109855 Fax 26723

CIEG
Centro de Investigação em
Estudos Germanísticos

DAAD

Deutscher Akademischer Austausch Dienst
German Academic Exchange Service

Embaixada da Austria
Lisboa

FLUC
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FLUC
CIEG
MC

FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÃO
BIC. ANTÓNIO DE ALMEIDA

FME
FUNDAÇÃO MARION EHSBARDT

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Secção de Estudos Germanísticos
DLLC-FLUC

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
MinervaCoimbra

**Miscelânea de Estudos
em Homenagem a
Maria Manuela Gouveia Delille**

Volume I / Band I

Miscelânea de Estudos
em Homenagem a
Maria Manuela Gouveia Delle

Volume I

Edição com o apoio de:

Associação Portuguesa de Estudos Germanísticos

Centro de Investigação em Estudos Germanísticos

Deutscher Akademischer Austauschdienst

Embaixada da Áustria

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Fundação Eng. António de Almeida

Fundação Marion Ehrhardt

Reitoria da Universidade de Coimbra

Secção de Estudos Germanísticos do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas – FLUC



Therese Delille

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
MinervaCoimbra

**Miscelânea de Estudos
em Homenagem a
Maria Manuela Gouveia Delille**

Volume I / Band I

Coordenado por
Maria Teresa Delgado Mingocho
Maria de Fátima Gil
Maria Esmeralda Castendo

Coimbra, 2011

Título Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille, vol. 1

Coordenação Maria Teresa Delgado Mingocho, Maria de Fátima Gil e Maria Esmeralda Castendo

Fotografia em extratexto Rita Delille

Composição Pedro Bandeira

Impressão G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

ISBN 978-972-9038-99-0 • 978-989-8007-13-1 • 978-972-798-295-0

Depósito Legal 327619/11

Edição

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
www.uc.pt/fluc

Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
cieg@fl.uc.pt

MinervaCoimbra
minervacoimbra@gmail.com

Nota da Redacção

Quando, na qualidade de Presidente da Comissão Científica do Grupo de Estudos Germanísticos da FLUC, dei início ao processo conducente à organização desta *Miscelânea de Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille*, sabia que a iniciativa iria conhecer um grande acolhimento por parte de germanistas portugueses e alemães, e bem assim de especialistas de outras áreas científicas, sobretudo daquelas que têm merecido à Homenageada uma particular atenção. Tais expectativas não só não ficaram defraudadas, como foram ultrapassadas. De facto, o número de estudos que compõem os dois volumes da *Miscelânea*, a variedade das suas temáticas, a presença de um grande número dos germanistas portugueses, de nomes importantes da Germanística estrangeira – como seria de esperar, na sua grande maioria da Germanística alemã – e bem assim de muitos colegas de outras áreas do saber, dão bem a medida da estatura científica e universitária da Homenageada. Isso mesmo é também testemunhado pelos colegas, antigos colegas e antigos alunos que quiseram inscrever os seus nomes na *tabula gratulatoria* que integra a publicação, sinalizando deste modo o respeito e a admiração pela obra científica e o perfil universitário da Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille. Em nome da Comissão de Redacção, desejo agradecer a todos quantos, de um modo ou do outro, se quiseram associar a tão justa homenagem.

Uma palavra de agradecimento vai também para as entidades nacionais e internacionais que generosamente nos concederam o apoio financeiro indispensável para a concretização deste projecto. Sem o seu patrocínio, teria sido impossível levar a cabo uma iniciativa com esta dimensão.

Os dois volumes que constituem a *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille* são fruto de um longo trabalho de equipa. Às minhas colegas Professora Doutora Maria de Fátima Gil e Mestre Maria Esmeralda Castendo, que, por indicação de uma ulterior Comissão Científica do Grupo de Estudos Germanísticos, passaram mais tarde a integrar a Comissão de Redacção, e sem cujo saber, empenho e trabalho teria sido absolutamente impossível levar a cabo uma tarefa desta envergadura, quero exprimir o meu reconhecimento pela entrega generosa a um projecto que é, de facto, de toda a Comissão.

Maria Teresa Paula Santos Delgado Mingocho

Rita Marnoto
Universidade de Coimbra

Arcades ambo. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana*

A fundação da *Arcadia Romana* e a fundação da Arcádia Lusitana, também designada como Arcádia Olissiponense, integram-se num quadro histórico-literário que tem em comum, quer o vasto movimento epocal de reorganização e revitalização das academias, quer uma matriz de valor modelar, com circulação transeuropeia, na medida em que a instituição italiana serviu de exemplo à portuguesa. Os ritmos dos processos implicados são muito diversos, de acordo com diferenciações de ordem local, sociológica e tipológica que têm o seu correspondente nos grandes modelos culturais do tempo. Mostra-o bem a sua cronologia: a fundação da Arcádia Romana remonta a 1690, ao passo que o projecto da fundação da Arcádia Lusitana é de 1756, realizando-se a primeira sessão no ano seguinte.

Na verdade, o longo arco cronológico que se estende entre a segunda metade do século XVII, a centúria sucessiva e os primórdios do século XIX engloba uma época fervilhante, muito rica em fenómenos de articulação, ao longo da qual ombreamos modos de entendimento da racionalidade, da sensibilidade, da prática da *imitatio* e até do próprio estatuto da literatura, muito diversos.¹ Maria Manuela Gouveia Delille deu-nos várias lições sobre o carácter uno e múltiplo da época das Luzes, nomeadamente quando afirma, no seu recente trabalho intitulado “A Marquesa de Alorna – uma discípula sensível das Luzes europeias”:

Considero também que o correcto posicionamento histórico-literário da obra de D. Leonor de Almeida e da poesia da Arcádia Lusitana e da Nova Arcádia passa hoje necessariamente por um profundo trabalho de revisão crítica sobre o que se entende por Iluminismo (que não é sinónimo de racionalismo) e eventualmente também por uma revisão crítica do conceito de Romantismo. Estes dois grandes movimentos, não obstante a sua inegável coerência sistémica, estão longe de ser aqueles blocos monolíticos e antinómicos que antigamente nos ensinavam. Nunca será demais chamar a atenção para o carácter ao mesmo tempo uno e múltiplo da época das Luzes, uma época particularmente rica e

* Com a publicação, no primeiro anexo, das *Leges Arcadum* e da sua tradução portuguesa, realizada por José Luís Brandão (Universidade de Coimbra), cuja colegialidade merece ser registada e a quem agradeço toda a informação que me forneceu acerca do texto.

¹ Depois de este artigo ter sido escrito, tive oportunidade de tratar e sistematizar alguns destes assuntos no volume 4 da *História crítica da literatura portuguesa* (Reis, 2010).

multifacetada, uma época de claridades e de sombras, no dizer pertinente de Roland Mortier, invadida desde muito cedo – sempre dentro dos limites da razão e da virtude – pela corrente da sensibilidade. (Delille, 2006: 223)

É na sequência destas observações que poderá ser entendida a complexidade dos vectores que travejam a Arcádia Lusitana, entre claridades e sombras, entre ideias feitas e aquela constante necessidade de rever conceptualizações críticas e metodologias de abordagem que Maria Manuela Gouveia Delille tanto estimulou.

O historial da academia romana é hoje bem conhecido graças às pesquisas documentais realizadas em âmbito sociológico e literário por Amedeo Quondam e por Maria Teresa Acquaro Graziosi.² Já pelo que diz respeito à academia portuguesa, os estudos de referência continuam a ser os de Aragão Morato (1819) e de Teófilo Braga (1899).³ Reflecte-se, no esquecimento crítico a que foi votada, a pouca atenção que tem vindo a ser genericamente dispensada ao Neoclassicismo português, não raro tratado com certa antipatia. Da mesma feita, a via por que optam muitos estudos recentes é a redenção do labor dos Arcades através da sua aproximação com o Pré-Romantismo. Não será esse, com certeza, o fulcro da sua prática poético-literária, sob risco de gerar fenómenos de distorção, ao conferir centralidade a um plano periférico e periodologicamente desenquadrado. A época das Luzes não é um bloco monolítico.

O estudo comparativo da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana será, pois, uma das melhores vias para captar a multifacetada riqueza dos vectores em jogo, no percurso que vai do exemplo italiano à sua modelização lusa. Da parte portuguesa, esclarece-se o sentido de opções que visam objectivos comuns. Por sua vez, aqueles espaços de afastamento da tipologia matricial, ao serem preenchidos por elementos próprios, põem em relevo as características intrínsecas da agremiação portuguesa. Mas também a forma como o modelo italiano é reactualizado e frutifica no espaço mais ocidental da Europa pode contribuir para uma melhor compreensão do alcance do programa arcádico, na dialéctica entre aspirações universalizantes e realizações locais.

A ligação da Arcádia Lusitana à Arcádia Romana foi, de facto, muito estreita. O título de Arcade romano era, na sociedade portuguesa da época, altamente prestigiante. D. João V foi aclamado Arcade em 1721.⁴ Concedeu grandes benesses à

² Cf. Quondam, 1973; Graziosi, 1991; *Tre secoli di storia dell'Arcadia*, 1991, e a antologia crítica de Piromalli, 1975 (que vai até 1969).

³ O volume de Teófilo Braga contém uma mole de informações cujo aprofundamento e cuja revisão crítica seriam de grande valor. João Palma Ferreira (1982) consagrou à Arcádia um capítulo de síntese.

⁴ O príncipe Ruspoli e o guardião da academia, Giovan Mario Crescimbeni, propuseram que passasse a ser seu o lugar e o pseudónimo pastoril do papa Clemente XI, *alias* Arete Melleo, falecido em Março de 1721. Sobre a ligação de D. João V à Arcádia Romana, podem-se obter informações críticas actualizadas em *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo* (1995: *passim*). É estratégia da instituição romana, nessa fase, o desdobramento do seu modelo através da formação de associações congéneres em ordens religiosas. Na verdade, a ligação entre a Arcádia Romana e o ambiente do tempo de D. João V é ilustrada por múltiplos aspectos da cultura portuguesa. No segundo anexo, nota-se a consonância entre o programa do *Bosco Parrasio* no Gianicolo e o do Parque de Santa Cruz em Coimbra.

agregação. A academia tinha por sede ideal das suas *adunanze*, que eram, dentro das possibilidades, ao ar livre (cf. *Leges*, VI), o mítico bosque consagrado a Apolo e às Musas, o *Bosco Parrasio*. Na realidade, as reuniões fizeram-se, ao longo dos anos, em diversos locais: o jardim de San Pietro in Montorio, a *villa* do duque de Paganica em San Pietro in Vincoli, a *villa* dos príncipes Mattei Orsini no Esquilino, os jardins do palácio Riario, na Lungara, onde vivera Cristina da Suécia, os Orti Farnesiani (no período de 1693 a 1704, ano da morte de Ranuccio II Farnese), o palácio Salviati do duque Antonio Maria, a *villa* Giustiniani em Flaminia, um jardim do príncipe Francesco Maria Ruspoli no Esquilino, os jardins do cardeal Ginnasi numa *villa* do Aventino. Mas a 9 de Outubro de 1725 foi lançada, a expensas do Rei português, a primeira pedra da sede construída no Gianicolo (*vd.* fig. 1 e 2), uma zona de Roma na margem direita do Tibre.⁵ Os Arcades prestaram grandes honras ao monarca. A inauguração fez-se a 9 de Setembro do ano seguinte, com uma Olimpíada em sua homenagem.⁶ Foram também sócios da academia muitos portugueses, entre figuras do poder e homens de letras: o cardeal-inquisidor D. Nuno da Cunha, o cardeal D. José Pereira de Lacerda, D. Rodrigo Aires de Sá e Meneses, marquês de Fontes, que fora embaixador junto da Santa Sé, D. André de Melo e Castro, conde das Galveas, que desempenhou funções diplomáticas em Roma e depois foi governador do Brasil, o padre José Maria da Fonseca e Évora, D. Manuel Caetano de Sousa, Francisco Leitão Ferreira, D. Francisco Xavier de Meneses, Luís António Verney, Francisco Xavier Pinto de Magalhães, até José Agostinho de Macedo e tantos outros.

⁵ A documentação que lhe diz respeito pode ser consultada no arquivo dos manuscritos da Arcádia Romana, actualmente depositado na Biblioteca Angelica de Roma. Cf. a colecção de manuscritos n.º 35, onde se reúnem informações sobre vários factos correlatos, como a missa solene cantada em honra do monarca na Basílica de Santa Maria in Cosmedin, onde Crescimbeni era cônego, a 1 de Agosto do mesmo ano. O projecto arquitectónico do Gianicolo, constituído por um recinto e um volume edificado, foi desenhado pelo arquitecto romano Antonio Canevari (*vd.* fig. 1 e 2). Estrutura-se em três plataformas adossadas ao declive do terreno, ligadas por rampas, ora côncavas, ora convexas, gerando ricos efeitos perspécticos. No terraço mais alto, foi inserido um teatro, originariamente com cinco ordens de cadeiras, e uma estante de mármore, junto da qual os Arcades faziam as suas intervenções. O volume que rematava o plano inferior destinava-se a arquivo. Esgotados os 4 000 escudos de D. João V, a construção ficou-se pelo essencial. Em meados do século XIX, foi feita uma nova intervenção, sob desenho de Giovanni Azzurrini.

⁶ Os Arcades seguiam um calendário próprio, organizado por Olimpíadas. De 4 em 4 anos, era homenageada uma personalidade de relevo com uma sessão de Jogos Olímpicos. Aos papas Clemente XI, Pio VI, Leão XIII e Pio IX, há a acrescentar o grão-duque da Toscana Giovanni Gastone I, o *condottiero* Eugenio Savoia ou o rei português D. João V. Os textos que o celebraram foram reunidos no volume, *I giuochi olimpici celebrati dagli Arcadi per l'ingresso dell'Olimpiade DCXXVI in lode della sacra reale maestà di Giovanni V re di Portogallo*, Roma, Antonio De' Rossi, 1726. Foi depois proferida uma oração fúnebre em sua memória, também editada, *Delle lodi di Giovanni V re fedelissimo di Portogallo. Orazione recitata l'anno MDCCLI nella solenne Adunanza degli Arcadi tenuta nel Bosco Parrasio in morte del medesimo* da Stefano Evodio Assemani arcevescovo d'Apamea, detto in Arcadia Libanio Biblio, Roma, Angelo Rotili e Filippo Bacchelli, 1752. Ficou gravada na plataforma inferior do recinto do Gianicolo uma inscrição litográfica que consagra a sua magnanimidade, transcrita por Teófilo Braga (1899: 50). Foi feita por Francesco Tedeschi e Giuseppe Lironi sob a direcção de Canevari.

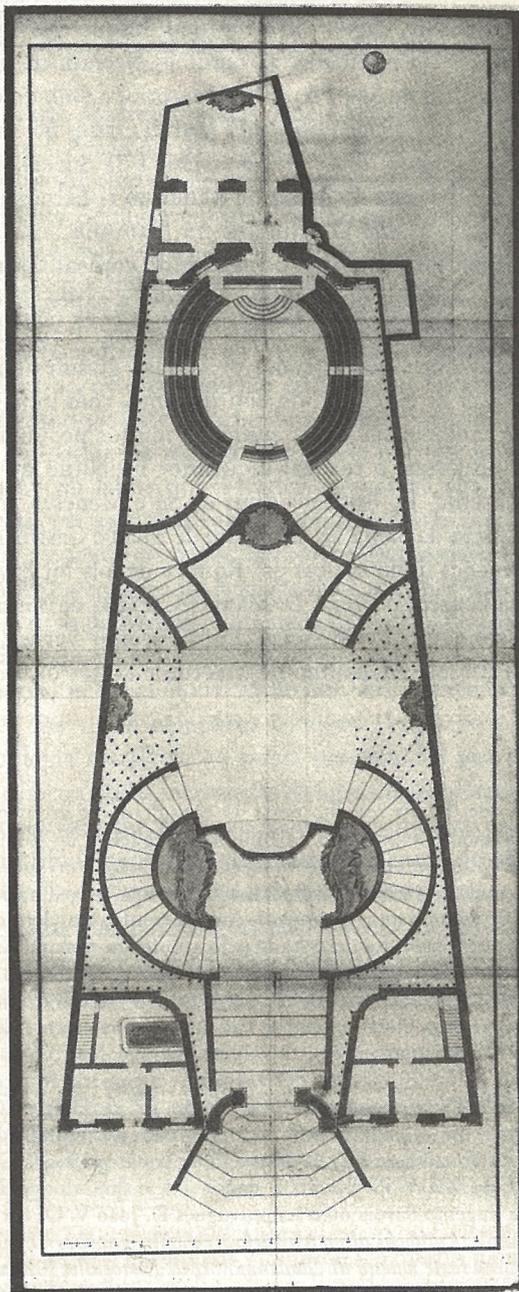


Figura 1 – Antonio Canevari, *Bosco Parrasio* da Arcádia Romana, planta.

Desenho aguarelado, 820x630 mm.

Roma, Arquivo da “Accademia di S. Luca”, inv. n.º 2121, reproduzido a partir de *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, p. 151

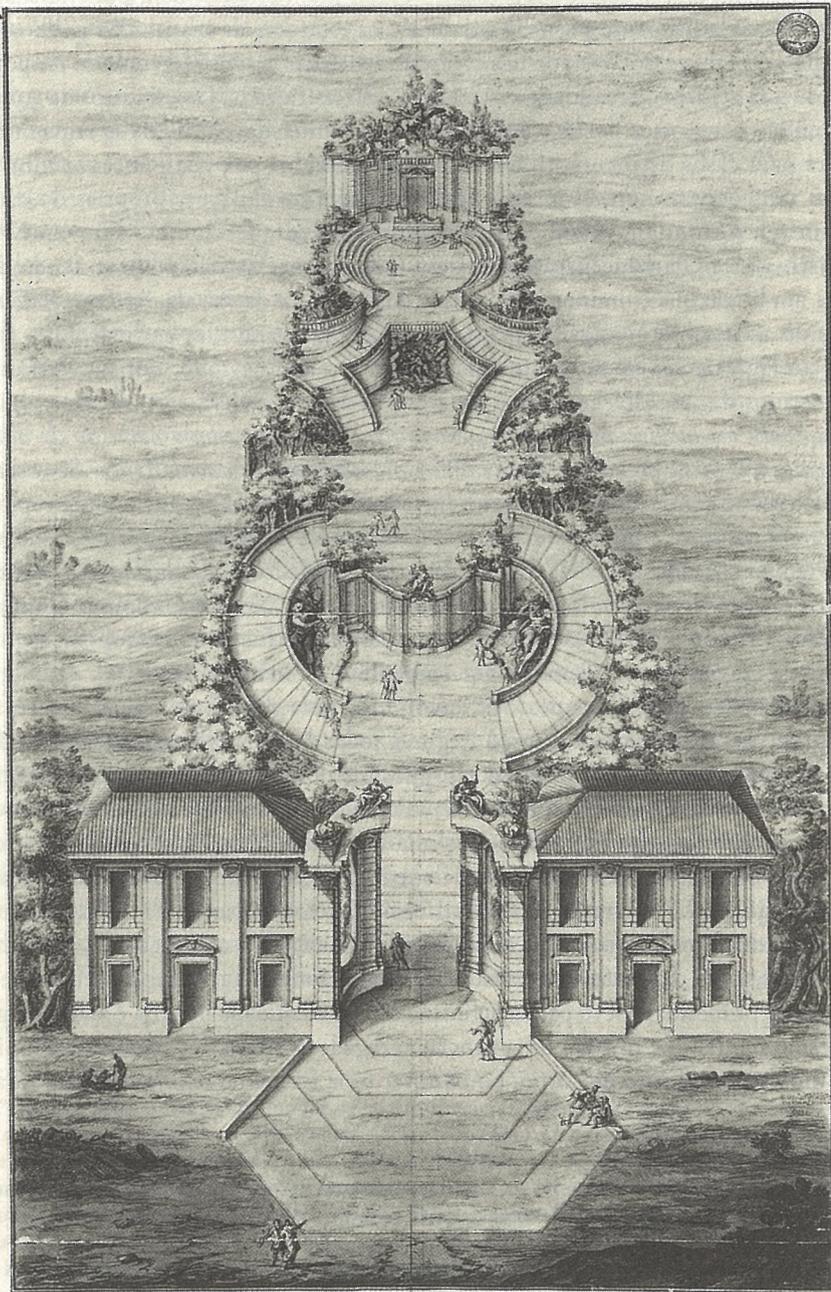


Figura 2 – Antonio Canevari, *Bosco Parrasio* da Arcádia Romana, perspectiva.

Desenho aguarelado, 1780x660 mm.

Roma, Arquivo da “Accademia di S. Luca”, inv. n.º 2120, reproduzido a partir de *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, p. 149

A existência de tão fortes vínculos, no plano institucional, bem poderia suscitar expectativas relativamente à semelhança entre os estatutos da instituição italiana e da portuguesa. Trata-se, todavia, de um efeito de aparência. A convergência de propósitos foi traduzida através de realidades estatutárias diversificadas. Os estatutos da Arcádia Romana são compostos por dez leis brevemente enunciadas, às quais se seguem duas sanções para casos de incumprimento. Foram redigidos por Gianvincenzo Gravina, que era também um notável jurista, em latim, com formulações próprias do direito romano (cf. Quondam, 1968, cap. 7). Mas a parte que coube a Giovan Mario Crescimbeni e a Gianvincenzo Gravina em todo o processo não é linear, tendo dado lugar a um litígio que culminou com a cisão de Gravina e da sua ala. As *Leges Arcadum*, depois de aceites e promulgadas pelos Árcades, foram gravadas em mármore, como que a consagrar a sua monumentalidade.⁷ Corria o ano de 1696. Por sua vez, o teor dos estatutos da Arcádia Lusitana tem a escala do seu *incipit*, seja ou não original: *Projecto para o estabelecimento de uma nova Academia, que com o nome de Arcádia se pretende fundar nesta corte de Lisboa, em Setembro do presente ano de 1756.*⁸ São escritos em português e compreendem um texto introdutório ao qual se seguem vinte capítulos que tratam assuntos por vezes expostos com bastante detalhe. Foram três jovens há pouco tempo chegados a Lisboa, depois de terem estudado em Coimbra, a impulsionarem a fundação da academia: Manuel Nicolau Esteves Negrão, Teotónio Gomes de Carvalho e António Dinis da Cruz e Silva. Diz-se que foi este último, que seguiu a carreira da magistratura, quem mais se empenhou na sua elaboração.

Num quadro geral, as questões envolvidas pela regulamentação estatutária reflectiram, na última fase do Antigo Regime, todas as tensões resultantes do conflito entre gérmes de uma nova ordem e propósitos de conservação, entre ideais mais avançados e permanências que obstaculavam a sua prática. Qualquer normativa se encontra profundamente imbuída pelo clima social donde brota, articulando-se com outros conjuntos de normativas. Os enciclopedistas dedicaram ao tema uma profunda reflexão e quando o marquês de Pombal decidiu reformar a Universidade começou por a dotar de novos estatutos. No movimento de formação e renovação das academias, os estatutos, além de conferirem existência institucional à agremiação, erigem-se em elemento de primordial relevo para a definição da sua identidade literária e antropológica. Ao mesmo tempo que tinham uma função agregadora dos vários membros, reunidos em torno de um espírito de corpo, podiam ser uma forma de regulamentar a vida da

⁷ A gravação litográfica foi aposta a um muro dos Orti Farnesiani em 1696 e depois inscrita no plano superior do recinto do Gianicolo, donde Giovanni Azzurri a tirou, passando para uma parede do edifício.

⁸ O seu texto (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982) fora anteriormente editado por Braga (1899: 189-205), que declara tê-lo extraído do *Jornal de Coimbra*, onde se pode ler, no n.º 88, parte 2, art. 14, 1820, p. 130-154, sendo esta a mais antiga versão que dele se conhece. Ao longo deste processo de transmissão textual, há algumas variantes a registar, ficando por apurar a origem das notas e do texto introdutório que o acompanham, já no *Jornal de Coimbra*. Pelo seu detalhe, estes estatutos podem ser aproximados dos da Academia de História, fundada em 1720 (cf. Silva, 1727: 45-53), os quais, por sua vez, se situam na linha dos da Académie des Sciences.

instituição e o funcionamento das sessões. Num período em que o debate de ideias era muito participado, as relações entre sócios eram normalizadas em função de objectivos comuns. Mais do que isso, o cuidado que, regra geral, era posto na elaboração dos regulamentos faz-se sinal da força revitalizante que as anima. Na verdade, é também essa uma forma através da qual as novas academias se querem diferenciar das tantas assembleias que tinham pululado ao longo do século XVII. Desprovidas de metas e de modelos de funcionamento definidos, apenas se entregavam a divertimentos superficiais. Às antigas agremiações que tratavam assuntos genéricos, sucedem-se academias que se dedicam a assuntos específicos, de ordem histórica, científico-natural, económica ou literária.⁹

A expansão do conceito de “república das letras” coloca no centro das atenções a regulamentação do intercâmbio e do relacionamento entre intelectuais. Com efeito, trata-se mais de uma aspiração difusa, apesar de poder ter contornos muito precisos, do que de um dado de facto. Por consequência, o frémido estatutário que lhe é próprio ilumina-se com uma vertente utópica. O desenho de uma *Respublica literaria christiana* fora traçado por humanistas do coturno de Francesco Barbaro, Lorenzo Valla ou Erasmo de Roterdão. Os iluministas adaptam-no ao seu tempo, valorizando os seus propósitos cívicos de alcance social e humanitário (cf. Toffanin, 1964). José da Cunha Brochado, nas suas *Memórias*, e Luís António Verney, no *Verdadeiro método de estudar*, falam da ideia com entusiasmo, ao passo que Rafael Bluteau dicionariza o conceito: “República das letras se chamam colectivamente todas as pessoas doutas e aplicadas ao estudo das ciências”.¹⁰ Na verdade, a ideia foi consagrada pelo título do famoso jornal publicado por Pierre Bayle em Roterdão, *Nouvelles de la République des Lettres*, ou pelo não menos célebre tratado de Ludovico Antonio Muratori, *Primi disegni della repubblica letteraria d’Italia esposti al pubblico da Lamindo Pritanio*. Muratori projecta uma academia que agregue todas as academias já existentes, constituindo-se assim em república literária cujo objectivo é “perfezionar le arti e le scienze col mostrarne, correggerne gli abusi e coll’insegnarne l’uso vero” (Muratori, 1964: 180). Reunir académicos de várias áreas disciplinares, escolhê-los em função do mérito e submetê-los a uma disciplina eram objectivos dificilmente alcançáveis na Europa do tempo.

⁹ Com a reformulação dos modos de sociabilidade característica deste período, formaram-se não só locais de encontro e de discussão de ideias que, como é o caso das academias, acentuaram a vertente formalizante, mas também outros que pretenderam ser espaços de convívio casual, abertos a um vasto público, que era o que se passava com os cafés. A imagem do Bocage que frequenta o Nicola e deambula pelos botequins de Lisboa ficou gravada na memória literária em tons vivos. Todavia, esse convívio estava muitas vezes subordinado ao enquadramento num determinado grupo. Em Paris, o *Procope* ou *Le café de la Régence* eram frequentados por personagens de estirpe mais elevada, ao passo que os vários *caveaux* acolhiam uma clientela mais modesta. Goldoni consagrou o novo hábito social no *intermezzo* intitulado *La bottega del caffè* e Pietro Verri, juntamente com Cesare Beccaria, designaram *Il Caffè* a publicação periódica onde discutiam os grandes temas da actualidade, com um espírito de liberdade simbolizado pela conversa em torno da chávena de café.

¹⁰ Escreve Bluteau, a terminar a voz *República*: “República das letras se chamam colectivamente todas as pessoas doutas e aplicadas ao estudo das ciências, de cujas obras se faz menção em uns livrinhos, que nos vêm de Holanda, também chamados *República das letras*” (Bluteau, 1720).

Todavia, Muratori esforça-se por lhes dar contornos precisos, avançando na sua definição estatutária:

Si dovrebbero proporre, accettare e concordemente stabilir leggi proprie, e queste essere le più vigorose, prudenti e spedite per mantener l'unione e giungere al fine proposto. Sarebbe necessario accendere gli animi con istimoli d'onore, con una nobile gara, e col determinare vicendevoli premi di gloria e di lode a chi più felicemente e valorosamente aumentasse l'imperio delle scienze e dell'arti. Leleggere protettori e ministri convenevoli di questa ideale repubblica, il troncar le strade all'ambizione, all'invidia e specialmente alle brighe di coloro che senza merito vogliono entrar a parte dei titoli ed onori, che debbono essere solamente riserbati ai degni cittadini di questa repubblica, il divider le maniere di comunicare a tutto il corpo gli ottimi consigli, le determinazioni e i disegni letterari de' particolari e simili altre cose giovevoli e necessarie tanto al profitto delle lettere, che è il fine primario della proposta confederazione, quanto al buon governo de' collegati, che è il mezzo per ottenere il desiderato profitto, sarebbero tutte cose da pesarsi maturamente, da stabilirsi senza fasto e da custodirsi poi con fedele osservanza. (*ibid.*: 182)

Muratori refere-se às leis da república das letras com entusiasmo, ciente da sua dimensão utópica. Frisa o carácter necessário dos estatutos, mas usa o condicional: *si dovrebbero, sarebbe necessario*. Também no texto que serve de introdução aos estatutos da Arcádia Lusitana ficam patentes os objectivos de aperfeiçoamento que presidem à instituição. São expressos, todavia, através de formulações assertivas.¹¹ No caso das *Leges* da Arcádia Romana, dispensam-se considerações explícitas desse teor, de tão presentes que estavam no espírito dos seus membros.

Coexistem, em todo este processo, duas tendências organizativas. Os novos espaços de convívio criam polaridades que não coincidem com os tradicionais lugares de intercâmbio intelectual (a corte, as instituições de ensino, etc.) e que, nesse sentido, operam uma descentralização relativamente aos pólos instaurados do poder estatal. Mas, para terem sucesso, as academias precisam de criar uma hegemonia que absorva, integre ou subordine outras instituições, como bem o compreendeu Muratori. Vários sócios da Academia dos Ocultos transitaram para a Arcádia Lusitana, a começar por Pedro António Correia Garção. No caso da Arcádia Romana, o quadro é mais complexo, em correlação com a sua dimensão e com a sua estrutura organizativa. A ex-rainha Cristina da Suécia, que se converteu ao catolicismo e foi viver para Roma, acalentara o sonho de formar uma assembleia que juntasse a *Accademia Reale*, criada

¹¹ “Vários foram os meios (como nenhum dos eruditos ignora) que o engenho humano tem descoberto para se alcançarem com menos trabalho e mais proveito as Ciências; mas nenhum tão expedito como a instituição das Academias: e com efeito ninguém se atreverá a negar, que nelas felizmente se encontram as melhores disposições para se conseguir uma profunda, pronta e cabal instrução. A mesma diversidade de génios, método e estudos de seus alunos, que à primeira vista contrária parece a este projecto, é o meio mais próprio e conducente para a sua felicidade; pois inflamando-se todos na virtuosa emulação de se adiantarem e distinguirem pelos seus progressos: trabalham com tanta eficácia a actividade (cada um conforme a sua esfera, gostos e condição) que vem por este modo a descobrir verdades que nunca imaginaram” (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982: 232).

sob a sua égide, com o grupo de poetas reunido em torno de Vincenzo Leonido que se costumava encontrar em locais sossegados para fazer amenas leituras. A morte de Cristina, em 1689, não lhe permitiu ver esse desejo realizado, mas Crescimbeni levou-o por diante. O número de membros da Arcádia Romana cresceu de forma deveras surpreendente. Dos catorze Arcades que inicialmente se tinham juntado ao pastor Alfesibeo Cario, pseudónimo de Crescimbeni, o número ascendeu rapidamente a mais de mil, de entre os quais se contavam todas as grandes personalidades da cultura italiana do tempo: membros do clero, nobres, escritores de vulto ou simples amantes das artes e das letras. A estação barroca estava em vias de ser superada, em nome do *bom gosto*, da simplicidade e da harmonia classicizante.

Um dos aspectos que desde logo aproxima a Arcádia Romana da Arcádia Lusitana, a partir da comum designação das instituições, é o uso das convenções pastoris. Nos estatutos da agremiação portuguesa, é consignado no primeiro capítulo:

Chamar-se-á a esta nova Academia – ARCÁDIA – e o lugar das suas conferências o monte *Ménalo*, bastantemente celebrado das frutas dos pastores. Os seus alunos se fingirão de Arcades, e escolherá cada um um nome e sobrenome de pastor adequado a esta ficção, para por ele ser conhecido e nomeado em todos os exercícios e funções da Arcádia. (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982: 234)

A escolha de um lugar mítico para sede simbólica das reuniões e a adopção de nomes que seguem as convenções bucólicas regulam o funcionamento de ambas as academias. Se a adopção dos hábitos pastoris tinha um intuito polémico relativamente às extravagâncias do Barroco, a observação das suas regras encerra uma atitude de vitalismo que é comum às duas Arcádias. Nas *Leges Arcadum*, os costumes pastoris, nas suas implicações rituais e literárias, merecem menção directa na oitava lei, logo sendo introduzida uma fórmula moderadora: *quantum res fert*, na medida do possível, traduz José Luís Brandão.¹² Nos textos lidos nas primeiras *adunanze*, fala-se profusamente dos rituais bucólicos como prática usual (cf. Morei, 1761), pelo que não seria necessário insistir sobre o assunto.

Consta que a ideia de recuperar os usos arcádicos surgiu espontaneamente quando, numa das assembleias de Vincenzo Leonido, realizada junto do Castelo de Sant'Angelo, o poeta de Siena Agostino Maria Taja, deliciado com as composições de tema pastoril que tinham sido recitadas, exclamou: “Egli mi sembra che noi abbiamo oggi rinovata l'Arcadia!” Desmoronou-se a elaborada imagem de Poussin, que na célebre tela que mereceu a Panofsky o não menos célebre ensaio de interpretação iconográfica, tinha desenhado um túmulo com a lápide *Et in Arcadia ego*, associando a morte à Arcádia.

¹² Tal é o empenho posto por António Dinis da Cruz e Silva na observação dos preceitos pastoris, que ao evocar esta lei dos estatutos romanos transforma a formulação moderadora numa vinculação, “se use sempre”: “(...) à Arcádia Romana deve a Itália o grande esplendor da sua Poesia, o que confessam todos os Sábios daquela Nação (...). E todos nós sabemos que uma das Leis daquela célebre Assembleia é que nas suas Obras em Verso *se use sempre* o Estilo Pastoril, e nas em Prosa quanto a natureza da composição o permitir” (Silva, 2000: 262).

A escolha da máscara bucólica tem profundas implicações ao nível de modo, de antecedentes literários e de estratégia do poder, aspectos que serão brevemente considerados. A instituição e os seus membros desdobram-se numa figura de alteridade que não anula a precedente. O modo bucólico é não disjuntivo. O signo linguístico adquire uma dupla referencialidade, na medida em que, à relação não motivada entre significante e significado que está ligada a um sistema linguístico institucionalizado, nos termos de Saussure, uma outra se vem acrescentar, de ordem simbólica. A personagem é um pastor e, ao mesmo tempo, representa uma determinada pessoa. Significado institucionalizado e significado simbólico não chocam entre si, nem tão pouco se anulam: coexistem. O Coridão Erimateu da Arcádia Lusitana não é *aut* pastor, *aut* desdobramento simbólico de Pedro António Correia Garção, é um *e* outro: *e* pastor, *e alter ego* de Garção. Por conseguinte, a máscara bucólica não colide com o ambiente urbano onde estes poetas, de facto, vivem: desdobra-o. O pastor-Árcade é um poeta e a Arcádia é a cidade onde vive. Por conseguinte, este plano é essencial para a compreensão da sua urbanidade, com todas as implicações do seu enquadramento social.¹³ Pelo que diz respeito aos antecedentes literários, foi essencial o papel mediador desempenhado pela *Arcadia* de Sannazaro. Este romance pastoril é o grande receptáculo da literatura antiga e da tradição em vulgar, de teor bucólico, que o precedeu. Através de subtis modalidades de *imitatio*, relança o valor simbólico da pátria literária dos pastores (cf. Marnoto, 1996). Estes dois aspectos confluem no terceiro, relativo à estratégia de poder, facultando um melhor entendimento do seu alcance estatutário.

O poder pastoral tem características muito específicas que foram estudadas, nas suas particularidades e na sua evolução, por Michel Foucault (1994, vol. 4: 134-161). As suas origens históricas são orientais, judaicas, egípcias, assírias e, mais tarde, cristãs. Exerce-se sobre um conjunto de pessoas, como se se tratasse de um rebanho, e não sobre um território. Desta feita, é dado muito valor quer à acção que incide sobre os governados, que devem ser bem conduzidos e cuidadosamente tratados pelo pastor, quer à responsabilidade do guia, que cuida do grupo e, ao mesmo tempo, de cada indivíduo por si. Tudo o que ele faz, fá-lo por dedicação gregária. A recrudescência do modelo do poder pastoral, no Iluminismo, desafia Maquiavel, cuja teoria política visava o engrandecimento de um indivíduo, o Príncipe, e não do Estado. Neste sentido, a ideia de poder pastoral muito tem em comum com o programa da república das letras de Ludovico Antonio Muratori, com o seu misto de racionalidade, promoção do bem comum e cuidado individualizante. Ao organizar a sua estrutura em torno do poder pastoral, a Arcádia Romana levou por diante uma estratégia cujo sucesso Agostino Maria Taja nunca teria imaginado. O papado não podia deixar de ver com bons olhos uma instituição construída à imagem do *bonus pastor* que foi Jesus Cristo e que já tinham sido as grandes figuras do *Antigo Testamento*. A partir daí, as portas da Europa católica foram-lhe franqueadas. Cria-se, assim, um poder disseminado por todo o corpo que constitui a agremiação, que permite a membros da Cúria, das casas monárquicas e da nobreza europeia moverem-se com sucesso, suscitando também o

¹³ Por brevidade, aludo aos aspectos essenciais do assunto, que desenvolvi em Marnoto, 1996.

entusiasmo dos mais humildes, todos eles reunidos em torno de um mesmo ideal, literariamente dignificado pela auréola da *Arcadia* de Sannazaro. O próprio facto de o seu fulcro ter sido Roma, a cidade do terreno e do eterno, sistema vivo de ruínas, no dizer de Armando Gnisci (2004), proporcionou condições excepcionais à sua expansão. Enquanto república das letras, assumiu efectivas funções de coordenação da vida cultural, articulando as suas várias esferas através de um distanciamento estratégico em relação a vinculações específicas ou de ocasião que foi proficuamente gerido por Crescimbeni.¹⁴ Essa política de plataforma era sustida pelo apoio e pela cumplicidade da Santa Sé, que lhe confiou o controle da censura, a organização de rituais diplomáticos e a promoção da imagem mecenática do papado. Assim se foi estendendo à *Respublica literaria christiana* universal, numa rede articulada com os grandes centros de poder estatal e aberta à integração de novos membros. O próprio Rei português, D. João V, foi um dos elos dessa malha. A pertença do Rei apreciador do fausto barroco à Arcádia Romana tem vindo a ser interpretada de variadíssimas formas. Será demasiado fácil explicá-la como uma posição de gosto estético voltada para problemáticas mais avançadas, em virtude do seu contexto internacional. Na verdade, sabemos hoje que as relações entre D. João V e o papado foram facilitadas por contactos estabelecidos com os Arcades, que serviram de mediadores.¹⁵

A Arcádia Lusitana tentou levar por diante, também ela, uma estratégia de relacionamento com os centros do poder, o que explica que mantivesse ligações com os Oratorianos, com a Casa Real, com o Marquês de Pombal e a sua família e com outros pólos. Nem a academia italiana, nem a sua congénere portuguesa nunca tiveram uma instituição ou uma pessoa que fosse assumidamente seu protector. Em vão esperou D. João V ser declarado efectivo patrono da Arcádia Romana. Na verdade, a terceira *lex* estabelecia que a agremiação não teria um patrono, o que era uma forma ideal de afirmar a sua autonomia: *Patronus nullus esto*. Contudo, à cabeça das *Leges Arcadum* vinha o nome de Inocêncio XII, também ele coberto pelas vestes da mitologia pagã, todavia com roupagem de excepção: é dito *Optimo Maximo*, designação reservada a Júpiter. Era sob esse ceptro que se estendia a paisagem arcádica. Apesar das suas ligações ao papado, a Arcádia Romana não registou obrigações de ordem religiosa nos seus estatutos e, nas sanções que se seguem às dez leis, quando se nega o direito de fazer outras leis, usa-se a palavra *fas*, e não *jus*, a qual, no latim clássico, incide sobre o direito humano: *Nulli novas leges ferre fas esto*. O lançamento da primeira pedra para a construção da sede no Gianicolo foi acompanhado pela gravação epigráfica,

¹⁴ Amedeo Quondam (1980) integra-a na estratégia política de Clemente XI, que faz da Arcádia Romana a república das letras possível, afinal uma falsa república que miniaturiza a forma da Igreja.

¹⁵ Por parte do papado, havia interesse em promover uma política de contactos europeus alargados, de forma a sanar as clivagens abertas pela Guerra da Sucessão. Do lado português, era muito grande o interesse em obter licença para o real padroado e para a acção das missões portuguesas na China. D. João V ambicionava ter uma corte à imagem da romana e também uma capela onde pudesse praticar o ritual de S. Pedro. Por sua vez, os missionários jesuítas pretendiam adaptar os rituais católicos ao ambiente oriental, para o que precisavam de autorização papal. Cf. Ferraris, 1986-1987; 1995, bem como as fichas 29 e 30; Delaforce, 1995.

Deo nato, numa alusão ao Menino Jesus, cujo nascimento era sempre celebrado. Quanto aos estatutos da sua congénere portuguesa, declara-se que a Virgem é protectora da instituição, prescrevendo o festejo ou do dia de Nossa Senhora da Conceição ou do Natal. Nunca teve protecção régia, ao contrário da Academia da História ou, em certa medida, daquela que será a Academia das Ciências. Este posicionamento, considerado abstractamente, muito tem a ver com o ambiente epocal e com os ideais da república das letras. Sem renunciar à sua autonomia, as novas academias procuravam aproximar-se das instâncias do poder constituído. Aspiravam gerar novas hegemonias, por via cultural.

A ausência da prescrição pormenorizada dos rituais arcádicos, nas *Leges* da academia romana, é porém muito significativa. Dá-nos a chave para a compreensão da identidade específica de cada uma das agremiações, a partir dos seus estatutos. Na verdade, os da Arcádia Lusitana nasceram da voluntariosa decisão dos três estudantes regressados de Coimbra que, no cenário desolador de uma Lisboa destruída pelo terramoto de 1755, afirmaram o seu projecto com determinação. A sua fundação coincide com a elaboração dos seus estatutos.¹⁶ Pelo contrário, as *Leges Arcadum* foram elaboradas, traduzidas, votadas e gravadas em mármore no ano de 1696, ou seja, seis anos depois de a agremiação ter sido fundada. Foi fruto de uma gestação ao longo do tempo. Entre a *Accademia Reale* e outras academias patrocinadas por Cristina da Suécia,¹⁷ as assembleias do grupo de poetas reunidos em torno de Vincenzo Leonido e a fundação da Arcádia Romana desenha-se uma linha de continuidade. Os rituais pastoris foram sendo adoptados espontaneamente, não só em correlação com uma prática literária, como também em correlação com uma estrutura organizativa e de exercício de poder que foi ganhando contornos de modo gradual, mas efectivo.

Ambos os estatutos prevêm, no final, sanções a aplicar em caso de incumprimento. Contudo, a importância que a instituição portuguesa confere à sua observância é tal que dela faz depender o êxito do projecto:

E como da observância destes Estatutos estão pendentos todos os progressos da Arcádia, serão todos os Árcades na primeira Sessão a que assistirem, obrigados a jurar quanto neles se contém, excepto o segredo que no Cap. XIV se lhe recomenda. (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982: 247)

Nas *Leges Arcadum*, as sanções insistem na validade do próprio regulamento e na preempatória e absoluta rejeição de qualquer alternativa, através de uma insistência que leva à multiplicação de formas do verbo *facio*, remetendo para o *usus*, o costume dos antepassados, eventuais aspectos não regulamentados. Daqui resulta que, no caso italiano, a coesão dos membros vem antes da regulamentação particularizada. No caso português, é à especificidade dos estatutos que é atribuído o êxito da agremiação.

¹⁶ A crer nas informações de Aragão Morato (1819: 65) e de Teófilo Braga (1899: 180s.), a elaboração dos estatutos em 1756, teria mesmo antecedido o início das funções, com a conferência inaugural de 1757, na sessão em que foram jurados.

¹⁷ Os estatutos da *Accademia Reale* remontam a 1656 e podem-se ler *apud* Graziosi, 1991: 69-72.

Aliás, a comparação pormenorizada, capítulo a capítulo, dos estatutos das duas Arcádias, que não farei, levar-nos-ia a conclusões semelhantes, quanto ao teor e à forma como as várias regras são expostas, na sua generalidade.

Tanto a Arcádia Romana como a Arcádia Lusitana têm um Guardião. No caso português, as suas competências são especificadas no décimo segundo capítulo, com o pormenor de se determinar o lugar onde deve ficar sentado. Além disso, os estatutos instituem também, no quinto capítulo, os cargos de Presidente, cujas obrigações e cujos poderes são especificadas no capítulo seguinte; de Árbitro, que será desempenhado por dois membros, nos termos descritos no sétimo capítulo; de Censor, que compete da mesma feita a dois Arcades, em conformidade com o nono e o décimo capítulos; de Secretário, cujos deveres são estipulados no décimo capítulo; e de Vice-secretário, com incumbências consignadas no décimo primeiro capítulo. É especificada a forma como devem decorrer as reuniões, como devem ser apresentadas as conferências, ordinárias ou extraordinárias, como se deve desenvolver a discussão de pareceres, como se deve processar a entrada de novos membros, como devem ser feitas as convocatórias para as reuniões, como se devem organizar as sessões de homenagem aos Arcades mortos, como se devem fazer as votações. A índole prescritiva dos estatutos portugueses parece nada deixar ao acaso, desde a extensão escrita das intervenções,¹⁸ às margens que devem ser deixadas nas folhas de papel,¹⁹ ao calendário, horário e início das sessões.²⁰ Assuntos deste teor são genericamente mencionados nas *Leges Arcadum*, mas sempre de modo muito sintético. Na terceira *lex*, estabelece-se como se escolhe o Colégio, na quarta, como se elege o Guardião. A contagem dos anos por Olimpíadas, consagrada na segunda, não foi adoptada pela agremiação portuguesa.

Pelo que diz respeito à matéria literária propriamente dita, as *Leges* fazem-lhe uma fugaz referência na oitava lei, como já foi dito, e na sétima, mas, neste caso, pela negativa, tendo em vista a recusa de composições inconvenientes. A formulação desta *lex* era um modo de consagrar a expunção da poesia barroca do *Bosco Parrasio*. Por sua vez, os estatutos da Arcádia Lusitana encontram-se largamente permeados por directrizes de ordem poético-literária que prescrevem os grandes ditames do bom gosto, da razão crítica, do equilíbrio e da naturalidade, acentuando o seu carácter vinculativo. A empresa, “um meio braço pegando em um podão com a epígrafe

¹⁸ “Também a Oração do Presidente e as Dissertações dos Árbítrios não poderão exceder duas folhas de papel escritas de letra ordinária, por se evitar desta sorte a prolixidade” (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982: 237).

¹⁹ “Os Arcades serão obrigados a deixar no papel das suas composições (que serão sempre escritas em folha) as margens que parecerem necessárias para que depois se possam encadernar, sem detrimento do que nele estiver escrito” (*ibid.*: 244).

²⁰ “Ajuntar-se-ão no sítio das Conferências os Arcades nos dias destinados para elas de tarde: a saber, nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro até às quatro horas, e nos mais até às duas e meia. E tanto que estiverem juntos cinco Arcades, no número dos quais entrem o Presidente e dous Árbítrios, se dará princípio à Conferência. O Presidente lerá primeiramente o seu discurso, seguir-se-ão os Árbítrios, sendo o último na ordem da Dissertação o mais antigo. Acabados estes papéis se recitarão as obras poéticas, a que o Presidente dará princípio, seguindo-se pela sua ordem os Árbítrios, e continuando pelos Arcades da parte da direita até vir finalizar no Secretário, o qual precederá a sua obra às que lhe forem remetidas” (*ibid.*: 246).

– *Inutilia truncat* – (...) por ser este o instrumento com que os agricultores cortam das árvores os ramos secos e viciosos” (*Estatutos da Arcádia Lusitana*, 1982: 234), é, por si, o símbolo de todo um programa de combate ao Barroco. Note-se, todavia, que o instrumento que emblematiza a agremiação pouco ou nada deve à doçura pastoril, representando antes uma determinação que toca os limites da agressividade. Os seus congéneres romanos optaram por uma imagem bem mais suave, uma flauta de Pã envolvida em folhagem.

A prescrição do início das sessões logo que estivessem presentes cinco Árcades, sendo um o Presidente e dois os Árbitros,²¹ e contando que um dos dois restantes fosse o interveniente, dá uma ideia das dimensões deste universo, tão largo para o Portugal da época, mas que não suporta uma comparação quantitativa com a academia romana, que rapidamente reuniu 1300 membros. A criação de uma nova centralidade, aspiração característica das agremiações da época, foi neste caso facilmente alcançada. Muitos são os factores em causa. A Itália dos finais do século XVII era uma realidade fragmentada não só sob o ponto de vista político, como também sob o ponto de vista linguístico-literário, mas, ao mesmo tempo, extremamente receptiva a um movimento cultural hegemónico de tendência reguladora. A rede das chamadas ‘colónias’, fundadas quer em Itália, quer no estrangeiro, a que se refere a décima *lex*, favoreceu a expansão da academia num vastíssimo espaço. Por trás desse sucesso, estava o tacto de um homem, Crescimbeni, e o apoio do papado.

As discussões internas eram muitas, tantas que a questão dos estatutos logo despoletou uma diatribe entre Crescimbeni e Gravina, cada um dos quais reivindicava, na sua elaboração, um papel mais decisivo do que aquele que o outro admitia. Sob a capa dessa quezília, discutiam-se, na verdade, opções de poética. Crescimbeni era mais tolerante perante a ligeireza pastoril e a musicalidade de certas composições arcádicas, em nome de um programa gregário que pretendia alargado, a preço de um nivelamento menos exigente. Já Gravina, que desdenhava das *cicalate pastorali*, era defensor de modelos classicizantes mais restritos. O conflito levou à cisão de 1711, quando este último e os adeptos da sua linha se afastaram da agremiação (Quondam, 1968). Mesmo assim, a ruptura, que foi de fundo e está longe de ser a única, veio a ser sanada. Crescimbeni era um conciliador nato, para quem as *cicalate* eram o tributo à vastíssima plataforma onde conviviam estratégias de gestão interna, relações com o poder sazadamente geridas e opções literárias.

A discussão, no seu seio, de tendências estético-literárias diversificadas fez parte e foi garantia não só dessa adesão em larga escala, como também da própria longevidade da instituição, que entre altos e baixos continuou a agregar, ao longo dos tempos, personagens de relevo da literatura italiana, de Alfieri a Leopardi.²² As *Leges Arcadum*, com o seu carácter global e escritas numa língua de largo espectro, o latim, prestavam-se, por conseguinte, a recobrir realidades muito díspares.

²¹ Cf. a nota anterior.

²² Ainda hoje se mantém em actividade e conserva no Gianicolo o seu *Bosco Parrasio*, o qual, entre os tantos usos que lhe foram dados, serviu de apoio às tropas de Garibaldi. Também Castilho se diz Árcade romano (cf. Braga, 1899: 47).

Também a instituição portuguesa procurou apoios exteriores. Contudo, nunca conseguiu alcançar, por essa via, uma situação de efectiva estabilidade. Por sua vez, os dissídios que se geraram não foram tão facilmente sanáveis como os da sua congénere romana. Se os Arcades lusitanos não operaram num cenário que favorecesse o estabelecimento de elos institucionais de homogeneidade, a própria exiguidade do microcosmos onde se encontravam inseridos condicionava os seus movimentos. Como tal, não estavam criadas as condições para uma plataforma de conciliação. A sua prática poética foi sujeita a uma disciplina que não negava a liberdade com que o sistema dos géneros era trabalhado (cf. Marnoto, 2004), mas também não fazia concessões a *cicalate*. As orientações da Arcádia Lusitana não teriam desagradado a Gravina. Todavia, o desvelo com que a máscara bucólica é assumida traduz também um distanciamento da história. A breve prazo, a instituição perde vitalidade, e a Academia de Belas-Letras, fundada em 1790, que é em certa medida seu prolongamento, terá uma existência igualmente efémera. Todo este complexo de factores se reflecte numa formulação estatutária que acentua a responsabilização vinculativa do poder pastoral através de uma imersão completa no mundo do bucolismo.

Por sua vez, a instituição das *Leges Arcadum, a posteriori*, não introduziu modificações num *usus* já instalado: “gli Arcadi (...) decisero di burocratizzarsi”, observa Quondam (1968: 145). Não é apenas o estilo dos estatutos da Arcádia Romana que é lapidar: foi também a pedra a matéria que os monumentalizou (cf. *supra*, nota 6). Dos estatutos da Arcádia Portuguesa, o mais remoto testemunho que hoje se conhece é o *Jornal de Coimbra* (cf. *supra*, nota 7). A comparação entre os estatutos das duas academias mostra-nos, pois, como, no grande bloco que é o Neoclassicismo e também o Arcadismo, se abre afinal uma realidade rica e multifacetada.

Bibliografia citada

- Acquaro Graziosi, Maria Teresa (1991), *L'Arcadia. Trecento anni di storia*, Roma, Fratelli Palombi.
- Bluteau, Rafael (1720), *Vocabulario portuguez e latino*, t. 7, Lisboa, Pascoal da Silva, p. 268, 2.^a c. [CD ROM, também com as *Prosas portuguesas*, coord. Nireu Oliveira Cavalcanti, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003, 2.^a ed.].
- Braga, Teófilo (1899), *A Arcádia Lusitana. Garção, Quita, Figueiredo, Dinis*, Porto, Chardron.
- Delaforce, Angela (1995), “Giovanni V di Braganza e le relazioni artistiche e politiche del Portogallo con Roma”, *Giovanni V di Portogallo*, p. 21-39.
- Delille, Maria Manuela Gouveia (2006), “A Marquesa de Alorna – uma discípula sensível das Luzes europeias”, in Werner Thielemann (ed.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio da Prata*, Frankfurt/M., Ibero-Amerikanisches Institut PK, p. 209-226.
- Estatutos da Arcádia Lusitana* (1982), in Correia Garção, *Obras completas*, Lisboa, Sá da Costa, reimpr., vol. 2, p. 231-247.
- Ferraris, Paola (1986-1987), “L'Arcadia nella diplomazia internazionale: il Bosco Parrasio Gianicolense”, *Atti e Memorie. Accademia Letteraria Italiana Arcadia*, s. 3, 8, 4, p. 227-268.

- (1995), “Il Bosco Parrasio dell’Arcadia (1721-1726)”, *Giovanni V di Portogallo*, p. 137-148.
- Ferreira, João Palma (1982), *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, p. 89-101.
- Foucault, Michel (1994), “*Omnes et singulatim*: vers une critique de la raison politique”, in M. F., *Dits et écrits. 1954-1988*, édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald, avec la collaboration de Jacques Lagrande, Paris, Gallimard, vol. 4, p. 134-161.
- Garção, Pedro António Correia (1982), *Obras completas*, texto fixado, pref. e notas por António José Saraiva, Lisboa, Sá da Costa, reimpr.
- Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo* (1995), a cura di Sandra Vasco Rocca, Gabriele Borghini, Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione, Àrgos.
- Gnisci, Armando (2004), “Roma como sistema de ruínas”, in Rita Marnoto (coord.), *Leonardo express*, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, p. 61-83.
- Marnoto, Rita (1996), *A “Arcadia” de Sannazaro e o bucolismo*, Coimbra, FLUC.
- (2004), “Teoria dos géneros e prática literária na Arcádia Lusitana. O processo de *contaminatio*”, in José A. Sánchez Marín/M. Nieves Muñoz Martín (eds.), *Retórica, poética y géneros literarios*, Granada, Editorial Universidad de Granada, p. 599-626.
- (2008), “Heranças bucólicas na Arcádia Lusitana”, *Estudos Italianos em Portugal*, n.s., 3, p. 117-132.
- Morato, Francisco Manuel Trigoso d’Aragão (1819), “Memória sobre o estabelecimento da Arcádia de Lisboa e sobre a sua influência na restauração da nossa literatura”, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. 6, 1, p. 57-80.
- Morei, Michele Giuseppe (1761), *Memorie istoriche dell’adunanza degli Arcadi*, Roma, de’Rossi.
- Muratori, Lodovico Antonio (1964), *Opere*, a cura di Giorgio Falco e Fiorenzo Fiori, Milano, Napoli, Ricciardi.
- Piomalli, António (1975), *L’Arcadia*, Palermo, Palumbo [2.^a ed.].
- Quondam, Amedeo (1968), *Cultura e ideologia di Gianvincenzo Gravina*, Milano, Mursia.
- (1973), “L’istituzione Arcadia. Sociologia e ideologia di un’*accademia*”, *Quaderni Storici*, 23, p. 389-438.
- (1980), “L’Arcadia e la ‘repubblica delle lettere’”, *Immagini del Settecento in Italia*, a cura della Società Italiana di Studi sul Secolo XVIII, Roma, Bari, Laterza, p. 198-211.
- Reis, Carlos (dir.) (2010), *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. 4: *Neoclassicismo e Pré-Romantismo*, Lisboa, Verbo.
- Silva, António Dinis da Cruz e (2000), *Dissertação, Obras*, vol. 1, ed. de Maria Luísa Malaquias Urbano, Lisboa, Colibri, p. 237-262.
- Silva, Manuel Teles da (1727), *História da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, José António da Silva impressor régio.
- Toffanin, Giuseppe (1964), *L’Arcadia*, Bologna, Zanichelli.
- Tre secoli di storia dell’Arcadia* (1991), organizzazione scientifica della mostra e del catalogo Maria Teresa Acquaro Graziosi e Barbara Tellini Santoni, Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Ufficio Centrale per i Beni Librari e gli Istituti Culturali, Arcadia, Accademia Letteraria Italiana.

Anexo 1

Os estatutos da Arcádia Romana (1696) e a sua tradução portuguesa, elaborada por José Luís Brandão

Leges Arcadum

Ex Coetus Universi Consulto. Innocentio XII Pontifici Optimo Maximo Moderatori Orbis Terrarum, Divini, Humanique Juris Tutelae suas Arcadia Leges dicat, consecratque.

I. Penes Commune summa Potestas esto ad idem cuilibet provocare jus esto.

II. Custos rebus gerundis, et procurandis singulis Olympiadibus a Communi creator, minusque idoneus removetur.

III. Custodi Vicarius et Collegae duodecim adsunto. Eorum singulis annis Custos consulto universo Coetu novos sex in orbem eligito, sex veterum retineto: administros sibi duos adsumito. Praeter haec alia munera publica ne sunt. Patronus nullus esto.

IV. Suffragia secreta sunt, eaque in Custode creando aut removendo trifariam dividuntur, iustusque numerus duae partes sunt. Caeteris in rebus bifariam dispartuntur. Quae partem dimidiam exsuperat, numerus justus esto. Si paria fuerint, iterantur: Deinceps res sorti committitur.

V. Quicquid per Collegium de rebus communibus actum gestumve fuerit, quo perpetuo ratum siet, per Custodem ad Commune refertur.

Estatutos dos Arcades

Segundo deliberação da Assembleia Geral, a Arcádia dedica e consagra os seus estatutos a Inocência XII, Pontífice Ótimo Máximo, moderador do mundo, e à tutela do direito divino e humano.

I. Esteja a autoridade suprema na posse da Comunidade, para a qual qualquer um tenha o direito de apelar.

II. Haja um Guardiã para os assuntos a realizar, e seja eleito pela comunidade para a administração de cada Olimpíada; e seja afastado o menos apto.

III. O Guardiã terá um adjunto e mais doze colegas. Quanto a estes, o Guardiã, depois de consultar a Assembleia Geral, há-de escolher, para cada ano, seis novos para o grupo e manter seis dos antigos. Tome para si dois auxiliares. Não haja outros cargos públicos para além destes. Não deverá haver nenhum patrono.

IV. Sejam secretos os votos e, no caso da eleição ou do afastamento do Guardiã, divididos em três partes, sendo o número suficiente a soma de duas partes. Nos restantes assuntos, dividam-se em duas partes: e seja suficiente o número que exceder a metade. Em caso de empate, repita-se o processo. De seguida, confie-se o assunto à tiragem à sorte.

V. O que quer que seja feito ou tratado pelo Colégio no que toca a assuntos comuns, para que tenha valor definitivo, deverá ser transmitido à Comunidade pelo Guardiã.

VI. Coetus universus relationibus audiendis actisque cognoscendis hyeme saltem bis in Aedibus Carminibus autem aut Orationibus pronunciandis praesentium quidem Pastorum per annum sexies absentium semel vernis et aestivis feriis in nemus Parrhasium per Custodem sub dio convocator.

VII. Mala Carmina et famosa obscoena superstitiosa impiave scripta ne pronunciatior.

VIII. In Coetu et rebus Arcadicis pastoritius mos perpetuo in Carminibus autem et in Orationibus, quantum res fert, adhibetor.

IX. Arcadico nomine typis iniussu publico nequid editor.

X. Quot praediorum Arcadicorum tituli, totidem Pastores. Pastorumque nomina sunt inque mortui aut expuncti locum alius sufficitor.

Sanctio

Si quis adversus haec leges facit, faxit, fecerit, qui que facit, faxit, feceritve, quominus quis secundum haec Leges faceret, fecissetque, facturuseve, siet confestim, Exarcas esto, eiusque nomen coram Collegio per Custodem inducitor.

Si quid in his Legibus obscurum perplexumve siet, sive comprehensum non siet, communi Arcadum consultis peritioribus inter Pastores.

More Maiorum interpretandi splendique jus esto. Quodque decretum iudicatumve siet penes Custodem

VI. A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Guardião para ouvir os relatórios e tomar conhecimento das actas, ao menos duas vezes durante o Inverno, na Casa; mas, além disso, para declamar poemas ou proferir discursos dos Pastores presentes seis vezes por ano, e uma vez dos ausentes, nos dias feriados da Primavera e do Verão, deverá ser convocada para o bosque Parrásio, ao ar livre.

VII. Não se recitem maus poemas nem escritos difamatórios, obscenos, supersticiosos ou ímpios.

VIII. Em Assembleia e nos assuntos da Arcádia, sejam sempre adoptados os costumes dos pastores, mas também, na medida do possível, nos poemas e nos discursos.

IX. Nada seja impresso em nome da Arcádia sem permissão oficial.

X. Ao número dos títulos dos domínios territoriais da Arcádia deverá corresponder igualmente o número de Pastores. Também de pastores sejam os nomes; e o lugar dos mortos ou excluídos seja ocupado por outros.

Sanção

Se, contra estas disposições, alguém faz leis, vier a fazer ou tiver feito, e quem as faz, vier a fazer ou tiver feito — para evitar que, depois destas, alguém, porventura, faça, fizesse, ou viesse a fazer — seja imediatamente expulso dos Árcades e o seu nome seja riscado pelo Guardião em presença do Colégio.

Se nestes estatutos houver algo obscuro ou ambíguo, ou mesmo incompreensível, seja permitido à Comunidade dos Árcades, depois de consultar os mais versados entre os pastores, interpretar e suprir as falhas

adservator. In Legum tabulas ne redigitor.
Nulli novas leges ferre fas esto.

Alphaesibeus Caryus Custos Coetam
Universum ita rogavit. Velitis jubeatis
Arcades ut quae in his Legibus ad nostri
Communis regimen comprehensa,
perscriptaque sunt autoritate iussuque
communi iusta rata firma perpetuo sient.
Iisdemque Pastores posthac omnes
perpetuo teneatur. Ut quicumque
Arcadicum deinceps nomen adsumserit
obstrictus. Haec Lex veluti sacramento
siet.

Coetus Universus scivit.

Olympiad. DCXVIII An. III ab A.I.

Olympiad. II An. II die perpetuo laeta.

segundo o costume dos antepassados.
O que for decretado ou resolvido será
conservado na posse Guardião; não se
depositará nas tábuas das leis. Não é lícito
a ninguém propor novas leis.

O Guardião Alfesibeo Cario assim
solicitou à Assembleia Geral: Queiram
ordenar, Árcades, que o que está com-
preendido nestes estatutos para governo
da nossa Comunidade, e que foi registado
pela autoridade e assentimento comum
de lei, seja considerado em vigor para
sempre. Considerem-se todos os Pastores
doravante sujeitos aos mesmos. Para que,
em seguida, quem quer que tenha assu-
mido o nome arcádico fique ligado, seja
este estatuto como um juramento.

A Assembleia Geral tomou conheci-
mento.

Na Olimpíada 618, ano 3.º, a partir
do Ano da 1.ª;

na Olimpíada 2, no ano 2.º, em dia
para sempre feliz.

Anexo 2

Antonio Canevari e a sede da Arcádia Romana no Gianicolo

A proximidade entre a Arcádia Romana e o tempo de D. João V é ilustrada pelas semelhanças existentes entre o *Bosco Parrasio* do Gianicolo e o Parque de Santa Cruz de Coimbra, também chamado Jardim da Sereia, cuja construção costuma ser colocada no segundo quartel do século XVIII. Várias são as analogias que se podem estabelecer entre a respectiva implantação, no plano epocal, topográfico e conceptual. A entrada é situada num ponto de cota mais baixa, dando acesso a percursos ascendentes que rematam numa cota superior, com triangulações invertidas, num e noutro caso. Ambos se apoiam numa ilusão de percurso que mais não é do que um fio condutor da estruturação espacial e programática dos recintos. Situam-se num plano metamórfico que liga, em sentido biunívoco, criação artística e natureza pura. Recintos confinados, os seus limites são igualmente dissimulados por plantas de loureiro. Criam, desta feita, um espaço de forte significado paisagístico, ao longo do qual os utilizadores podem passear, representar e fruir arte e natureza, também em circunstâncias lúdicas: Jogo da Pela e Jogos Olímpicos. O poder pastoral que a instituição romana traduziu em república das letras é reconduzido, no caso português, à tarefa reformadora que então se encontrava em curso e coincidiu com um momento de prosperidade de Santa Cruz.

Antonio Canevari, depois de ter desenhado o Gianicolo, foi chamado a Lisboa por D. João V. A sua permanência em Portugal estendeu-se de 1727 a 1732. Era reformador dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, em Coimbra, Gaspar da Encarnação. Enquanto Reitor da Universidade (1710-1715) e enquanto reformador, mostrou grande interesse pela realização de obras. A convergência de propósitos entre D. João V, Gaspar da Encarnação e o papado ficou patente na sua nomeação como Reformador em 1723, pelo papa Inocêncio XIII, a pedido do Rei, e na aprovação pelo papa Bento XIV, em 1747, das ordenações reformadoras que anteriormente publicara. O Rei admirava muito a sua espiritualidade. Confiou-lhe a educação dos *meninos da Palhavã* e, em 1747, chamou-o ao Governo para desempenhar funções de valimento.

Índice do Volume I

- 9 Nota da Redacção
- 11 Maria Manuela Gouveia Delille – Bibliografia
- 21 Maria Teresa Delgado Mingocho
Maria Manuela Gouveia Delille – Professora, Investigadora, Universitária
- 25 Jochen Vogt
Lobrede auf Maria Manuela Gouveia Delille anlässlich der Verleihung des
Jacob- und Wilhelm-Grimm-Preises 2004
- 31 John Greenfield
Laudatio por ocasião do Doutoramento *honoris causa* concedido pela
Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 15 de Maio de 2008
- 39 *Tabula gratulatoria*

ESTUDOS ALEMÃES

- 47 Irmgard Ackermann
Alltagswirklichkeit in Deutschland im Spiegel der „Migrantenliteratur“
- 57 Fernanda Bernardo
Verso – para uma *poética*. A assinatura *poética* de Paul Celan – Celan lido à
luz de Derrida
- 73 Klaus-Michael Bogdal
„Nichts Unnachiebigeres gibt es als die Vergangenheit“.
Armin T. Wegner, der erinnerte Vergessene
- 81 Ana Isabel Gouveia Boura
Identidade étnica e diálogo intercultural em *Wälsungenblut*
- 95 Fernando Catroga
Os dilemas do “patriotismo constitucional” de Habermas
- 111 Maria Teresa Cortez
O outro lado da realidade em *Ein Leben als Zwerg* (2006) de Urs Widmer
- 127 Konrad Ehlich
Land in Sicht? Facetten einer sub-disziplinären Problemgeschichte
- 133 Andreas Erb
„total ungeniert“. Dichter und ihre Lesereisen

- 147 Júlia Garraio
Fantasmas da Guerra – *Der Verlorene* de Hans-Ulrich Treichel
- 159 Isabel Capelo Gil
Medea, eine postkoloniale Erzählung?
- 179 Dietmar Goltschnigg
Franz Kafkas verrätselnder Erzähl-*process*
und seine hermeneutischen „Anforderungen“
- 189 Volkmar Hansen
Goethes *West-östlicher Divan*: Ein Persien-Buch
- 205 Hans-Werner Huneke
Rechtsschreiberwerb und Deutsch als Fremdsprache – Übertragung aus
der L1?
- 223 Hannes Krauss
Entdeckung eines Autors: Hans-Ulrich Treichel
- 229 Joseph A. Kruse
<Textlücke>. Ein bisher verschollenes Bruchstück aus dem
<Memoiren>-Fragment Heinrich Heines über seine Kusine Therese
- 243 Marília dos Santos Lopes / Peter Hanenberg
Geschichtsschreibung und Literaturwissenschaft
- 253 Vasco Gil Mantas
A Operação Aníbal: início do fim da presença germânica a leste do Oder
- 277 Mário Matos
A viagem e a “viragem” na RDA
- 293 Anabela Mendes
A perna do cão e a tromba do elefante. Natureza e Arte no discurso
de Kandinsky e Klee
- 303 Maria Teresa Delgado Mingocho
Margarethe von Bülow (1860-1884) – uma escritora injustamente esquecida?
- 319 Ulrich Müller
Vom Aufstand der Jungen in modernen deutschen Mittelalter-Theaterstücken:
Tankred Dorst/Ursula Ehler (*Merlin oder Das wüste Land* 1981),
Christoph Hein (*Die Ritter der Tafelrunde* 1989)
- 329 Ilse Nagelschmidt
„...ick war freier als jeder im Westen“. Vom Stiften und Hinterfragen
einer Gedächtnisgemeinschaft in Ostdeutschland nach 1989

- 341 Manuela Nunes
A busca da verdade segundo Lessing? A desconstrução de *Nathan, der Weise* no final do século XX: George Tabori e Elmar Goerden
- 359 Hugh Ridley
Aneignung und Radikalisierung.
Überlegungen am Beispiel Emerson und Nietzsche
- 369 Ludwig Scheidl
Crónica de família ou romance histórico:
o romance de Arno Geiger *Es geht uns gut* e os traços de Joseph Roth
- 375 Hans Schemann
Zur Frage nach der Grundlage von Literaturwissenschaft und Stilistik
als Problem der (unmittelbaren) Ähnlichkeit
- 397 Manfred Schmeling
Durchaus wissenschaftliche Überlegungen zum „Höheren Blödsinn“.
Christian Morgensterns *Galgenlieder* aus komparatistischer Sicht
- 409 Henrike Schön
Magie der Stimme. Betrachtungen zur Dichterlesung
zwischen literaturwissenschaftlicher Forschung und literarischem Leben
- 419 Helmut Peter Schwake
Liselotte von der Pfalz als Briefschreiberin. „Schreib mal wieder“ –
Erzählen im brieflichen ‚Gespräch‘ (Liselotteana VI)
- 429 † Horst Turk
„Situationen für die Menschheit“: Schillers *Fiesko*
im Vergleich der Fassungen als Dokument des politischen Theaters
- 455 Thorsten Unger
„So brauchen wir gar keinen Kaiser.“ Zur Barbarossa-Episode
in Heinrich Heines *Deutschland. Ein Wintermärchen*
- 473 Gonçalo Vilas-Boas
A viagem como encenação. Os textos “orientais” de Christian Kracht
- 491 Jochen Vogt
Lebst du noch? Wohnst du schon?
Über Bombenkrieg, Wiederaufbau und Architekturkritik bei Heinrich Böll

ESTUDOS PORTUGUESES

- 505 Eloísa Álvarez
Tres traductores y una traducción. Unamuno, Rogelio Buendía
y Francisco Maldonado, para *Constança*, de Eugénio de Castro

- 525 Carlos Ascenso André
Morte por vida, numa história de mulheres.
Notas de leitura de *O vento assobiando nas gruas*, de Lídia Jorge
- 529 Ana Paula Arnaut
Ética e Estética da Justiça em Miguel Torga
- 545 Joachim Born
Der Einfluss der portugiesischen Sprache auf die nichtromanische Welt
- 561 João Nuno Corrêa Cardoso
Quando falo português sinto-me diferente, um pouco estrangeira.
As atitudes linguísticas de um grupo infanto-juvenil cabo-verdiano
- 573 † Aníbal Pinto de Castro
Vieira, uma expressão singular do barroco luso-brasileiro
- 587 Aida Fernanda Dias
O Livro Vermelho de D. Afonso V, numa cópia quinhentista
- 603 Manuel Ferro
Transitoriedade e caducidade dos géneros literários:
o caso do poema herói-cómico
- 617 Maria do Céu Fialho
Hélia Correia: Medeia reescrita em *Desmesura*
- 629 Maria Carmen de Frias e Gouveia
O Português popular e regional como “reservatório linguístico”
de épocas pretéritas da Língua
- 643 Maria António Hörster
Tradutores e tradução na literatura portuguesa dos séculos XX e XXI
- 659 Winfried Kreutzer
O homem e as coisas na poesia de Eugénio de Andrade
- 667 Rita Marnoto
Arcades ambo. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana
- 687 José Carlos Seabra Pereira
Lector in fabula: estética do simbólico e estratégia textual em
Esau e Jacó de Machado de Assis
- 695 Graça Rio-Torto
Avaliação em Língua Portuguesa nos exames nacionais de 9.º ano
- 721 Vítor Aguiar e Silva
Intertextualidade e hermenêutica no episódio do Velho do Restelo
- 733 Henry Thorau
Seele essen Angst auf.
Anmerkungen zum Roman *O vento assobiando nas gruas* von Lídia Jorge

Índice do Volume II

ESTUDOS LUSO-ALEMÃES

- 739 Claudius Armbruster
Kulturschock in Trás-os-Montes und Oberammergau – Miguel Torgas
prosaische Inszenierung und Reflexion der Passionsspiele im
Norden Portugals und Süden Deutschlands
- 751 Maria Francisca Athayde
*fazer uma pergunta, hacer una pregunta, poser une question,
eine Frage stellen, to ask a question, fare una domanda* – colocações
em línguas europeias: a ilusão da semelhança?
- 773 Gabriele Beck-Busse / Winfried Busse
Os dicionários “Michaëlis”: o “Duden” português
- 789 Horst Bergmeier
„Vollendung im Untergang“. Über Reinhold Schneider
- 799 Dietrich Briesemeister
Das Portugalbild in Deutschland (1945-1986)
- 811 Isabel Cardigos
O príncipe encantado em sapo e o sapo que nunca foi príncipe:
ecos contrastantes de um mesmo conto tradicional
- 823 Judite Carecho
Pretérito Mais-que-Perfeito e ‘Plusquamperfekt’:
semântica e questões de tradução
- 837 Maria Cristina Carrington
“Auf dem linken Ufer des Mondego”.
Um (outro) texto de Reinhold Schneider sobre Coimbra
- 849 Marion Ehrhardt
A Marquesa de Alorna e a Ordem da Cruz Estrelada. Uma mulher de letras
portuguesa agraciada com uma condecoração germano-austriaca
- 853 Anne Martina Emonts / Leonor Martins Coelho / Paulo Miguel Rodrigues
Apontamentos sobre um capítulo esquecido da história cultural europeia

- 869 José d'Encarnação
A “Escola Alemã” e os estudos de epigrafia romana em Portugal
- 885 Maria de Fátima Gil
Magalhães e o demoníaco na obra de Stefan Zweig
- 893 Orlando Grossegeesse
Vom Stechlin zum Ramalhete und zurück.
Konversation und Ereignis bei Fontane und Eça de Queiroz
- 907 † Erwin Koller
A razão por que “Leonora kaiserin tranck kein wein”.
Uma questão de hermenêutica intercultural e outros assuntos lusos na
Weltchronik de Hartmann Schedel
- 921 Hermann Krapoth
Zur Übersetzung einer Stelle aus Brochs *Der Tod des Vergil* (1945)
im Kontext des Meerfahrtmotivs
- 933 Rogério Paulo Madeira
Revolte *versus* Resignation: Widerruf und Buße
in Karl Gutzkows *Uriel Acosta* und Agustina Bessa-Luís’ *Um Bicho da Terra*
- 949 Américo Monteiro
Guerra Junqueiro e as suas visões da Alemanha
- 955 Ofélia Paiva Monteiro
Garrett e Tieck. A propósito de *Frei Luís de Sousa* e da personagem Maria
- 969 Rolf Nagel
Gebrauchslyrik im Herrscherlob – Gesang auf Königin D. Estefânia
- 975 Teresa Martins de Oliveira
A construção do espaço em *Nachtzug nach Lissabon* de Pascal Mercier
- 985 Alfred Opitz
A “bestia germânica” e a “música dos anjos”.
Sobre a mitificação da Alemanha na literatura ibérica novecentista
- 995 Alexandra Pinho
Representações do exílio: *Sob Céus Estranhos*,
narrativas de Ilse Losa e de Daniel Blaufuks

- 1007 Ana Maria Ramalheira
Culturas e épocas em diálogo no contexto do teatro musical europeu –
a opereta *O Lenço de Renda da Rainha* (1880) de Johann Strauß (Filho)
- 1029 Fernando Ribeiro
Lessing: fab.; III; P.
- 1037 Jaime Ferreira da Silva
A Grammatik der portugiesischen Sprache de Gärtner
- 1047 Rute Soares
Sehen, ver e olhar: sentidos em contraste
- 1057 Maria Leonor Machado de Sousa
José Gomes Monteiro, um germanista romântico
- 1069 Maria Antónia Gaspar Teixeira
Werther nos palcos portugueses do século XIX (1828-1837)
- 1085 Luís Reis Torgal
História, ficção e memória. Notas de leitura e de viagem
à volta do Nazismo, do Fascismo e do Estado Novo
- 1097 Christine Zurbach
Uma recepção portuguesa de três peças de Bertolt Brecht

ESTUDOS DIVERSOS

- 1109 Eduarda Alvelos-Wittinghofer / Renato Correia
A Declaração de Berlim: uma abordagem interlinguística
- 1117 Antoinet Brink
O factor M na aula de Neerlandês: o papel da língua alemã
na aula de língua neerlandesa
- 1125 Lothar Bunn
Studienpropädeutik als mögliche Aufgabe der Auslandsgermanistik?
Überlegungen aus der Fremdperspektive
- 1129 Fernando Clara
Entre o luxo e o lixo. Da insustentável leveza das Línguas na Universidade

- 1133 Jeroen Dewulf
Die Zukunft der Schweiz in einem vereinten Europa.
Ein Interview mit Hugo Loetscher
- 1137 Adelaide Chichorro Ferreira
Da expansão por planetas nunca dantes saqueados
à repositão da ordem pelas crianças no (recriado) planeta Zu
- 1151 Isabel Lousada / Maria João da Rocha Afonso
Shakespeare no circuito de uma epístola entre Londres e Lisboa
- 1173 Maria de Fátima Marinho
Da sedução em *La fille aux yeux d'or* de Balzac
- 1185 Maria Luísa Portocarrero
P. Ricoeur: responsabilidade, imputabilidade e sabedoria prática
- 1195 Manuel Augusto Rodrigues
A Universidade de Graz integrada no Grupo de Coimbra
- 1201 Ana Clara Santos
Das colecções de teatro estrangeiro em Portugal (séc. XVIII-XIX)
- 1213 José P. Ferreira da Silva
Reflexões

